

## MODOS DE AGIR E INTERAGIR N' A RESPOSTA DA IGREJA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA COM BASE EM GÊNEROS

ALEX LUIS DOS SANTOS  
Universidade Federal de São João del-Rei

**Abstract** - This paper aims to analyze, considering methodological dialogue with other texts, the sociodiscursive implication and articulation of modes of acting and interacting in the set of texts that define *A Resposta da Igreja*, as a social event. These modes performs, among other things, a social logic by which the priests would be a class apart, in sociological terms: the dominant class or caste.

**Keywords:** sociodiscursive, acting, interacting, resposta, igreja.

### 1. Introdução

Não se pode mais, talvez jamais fosse possível, ignorar a visibilidade pública da religião e suas práticas no contexto social. Quer no plano da cultura enquanto comportamento, quer no da esfera sociopolítica por meio do reconhecimento e enfrentamento atuais de problemas ambientais e de legislações específicas, os atores religiosos movimentam-se e trazem ao domínio público suas avaliações, seus discursos, suas perspectivas.

De vários lados, torna-se dificultoso, conforme acredita Burity (2008, p.84), reiterar diagnósticos tradicionais das ciências sociais para os quais a “secularização moderna, a sofisticação tecnológica, o individualismo e a cultura de massas levariam a um progressivo declínio das práticas religiosas e da presença pública das religiões”.

A despeito de uma visibilidade que acarrete a promoção dos preceitos e práticas religiosos, o que hodiernamente acontece no contexto social religioso católico é a divulgação por diferentes canais de imprensa do envolvimento de clérigos em casos de abusos sexuais contra menores.

É incontestável, conforme salienta Carrasquila (2010, p.8), que a existência de delações acerca de abusos e escândalos de tipo ético e econômico principalmente sempre houve, todavia sem maior repercussão social. A novidade é não só o caráter primariamente sexual das denúncias, mas especialmente o modo como são facilmente manifestas. As redes, conexões e interações que cruzam fronteiras e são típicas da globalização incluem formas particulares de divulgação instantânea.

Com vistas nessa conjuntura, em setembro de 2010, a Santa Sé, de que se deduz não somente o Romano Pontífice, mas também a Secretaria de Estado, o Conselho para os negócios públicos, e os demais Organismos da Cúria Romana, lança *A Resposta da Igreja*.

Essa resposta – objeto assente do artigo – torna conhecido, entre outras coisas, a avaliação das novas normas sobre os delitos mais graves, a instituição de procedimentos possivelmente capazes de dar assistência às vítimas de abusos, e o modo como a série de denúncias divulgadas pela imprensa foi interpretada.

Objetiva-se, então, a partir basilamente dos pressupostos teóricos dos estudos de gêneros, conforme Bazerman (2004) e Carvalho (2005), e da Análise Crítica do Discurso, via Fairclough (1999, 2003), analisar, baseada metodologicamente no reconhecimento de

alguns aspectos conjunturais, principalmente textos que dialogam com *A Resposta da Igreja*, a articulação e implicação sociodiscursiva dos modos de agir e interagir no conjunto de textos que definem essa *Resposta*, enquanto um evento social especificamente significativo.

Os textos que definem essa *Resposta* são: *Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos*, em que assina o prefeito do Vaticano – Willian Cardinale Levada -, *O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves”*, cuja autoria é do diretor da sala de imprensa da Santa Sé – Federico Lombardi -, e *Um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude*, do pontífice Joseph Ratzinger – o papa Bento XVI.

## 2. Divulgação teórica

O texto, para que seja significativo do ponto de vista científico-social, tem que se conectar com questões teóricas sobre o discurso, e ser visto como parte de um evento social (Fairclough 2003, p. 3). Disso, é possível expandir a escolha dos elementos textuais, enquanto estratégia pela qual as pessoas agem e interagem em áreas particulares da vida social e constroem teorias, esquematizações coletivas, enraizadas em práticas de grupos de pessoas socioculturalmente definidas, ou seja, *modelos culturais* (Gee, 1999, p.60).

Essa concepção de texto está acoplada a uma tradição de Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, para a qual o discurso consiste no uso da linguagem como prática social. Pode-se dizer, conforme Magalhães (2005), que a ACD confere continuidade aos estudos convencionalmente referidos como Linguística Crítica, desenvolvidos na década de 1970, ampliando em escopo e em produtividade os estudos a que se filia.

Compreender o discurso como uso da linguagem como forma de prática social significa considerá-lo um modo de ação historicamente situado que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Significa ainda, entende-lo como uma maneira de agir, “uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (Fairclough 2001, p. 91).

Para Fairclough (2003, p.28), ao considerar textos específicos como partes de eventos sociais, em que se incluem processos, pessoas, objetos, significados, tempos e lugares, o que se realiza é uma postura que considera duas coisas: a) olhar para os textos em termos de três aspectos de significados, a saber, ação, representação e identificação, de maneira a observar como esses significados são instanciados linguisticamente, b) fazer uma ligação entre estruturas sociais mais abstratas, como por exemplo o sistema econômico, com os eventos sociais mais concretos, de modo a compreender como gêneros, discursos e estilos são articulados no texto.

Ao se admitir os três aspectos de significados de um texto, ou seja, sua multifuncionalidade, o que Fairclough (2003) pontua é a capacidade de um texto funcionar como uma prática discursiva, ou seja, de simultaneamente representar feições do mundo (o mundo físico, o mundo social e o mundo mental), relações entre participantes em eventos sociais e atitudes, desejos e valores, e finalmente, relações entre textos e seus contextos situacionais de produção.

Fairclough (2003, p.27) explica que o discurso figura conforme os três aspectos de significados como parte de práticas sociais, na seguinte relação entre textos e eventos:

como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser. As práticas sociais podem ser entendidas como “articulações de diferentes tipos de elementos sociais que são associados dentro de áreas particulares da vida social” (Fairclough 2003, p.25).

A cada um dos modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado. Aos modos de agir corresponde o significado acional que está associado aos gêneros; aos modos de representar, o significado representacional que se associa aos discursos; aos modos de ser, o significado identificacional que compreende os estilos.

Uma maneira de agir e interagir é por meio da fala ou escrita, por isso os discursos funcionam primariamente como parte de uma ação. Pode-se, portanto, distinguir diferentes gêneros como diferentes formas de (inter)ação discursiva – uma nota que articula o diretor da sala de imprensa da Santa Sé, por exemplo, é uma forma de ação. Nessa perspectiva, gêneros são maneiras de agir, “atividades com propósitos e estágios reconhecidos, nas quais os participantes se engajam como membros de nossa cultura” (Eggs, Slade 1997, p.56).

De acordo com Bazerman (2005, p.102), os gêneros moldam as intenções, os motivos, as expectativas, a atenção, a percepção, o afeto e o quadro interpretativo. O “gênero traz para o momento local as ideias, os conhecimentos, as instituições, e as estruturas mais geralmente disponíveis que reconhecemos como centrais à sua atividade”.

Essa visão sobre os gêneros os considera como maneiras de ação social. Destarte, segundo Miller (1984, p. 152), o gênero é um aspecto central na estrutura comunicativa da sociedade, uma vez que funciona para mantê-la ou transformá-la, é, ainda, um elo estruturador que liga a mente individual à global.

Uma maneira de representar é uma questão de discurso, uma vez que se podem distinguir diferentes discursos, que devem representar a mesma área do mundo, ou um mesmo objeto, de diferentes perspectivas ou posições. Nesse aspecto, o discurso pode ser entendido, de modo mais abstrato, como um tipo de semiose no âmbito da língua, ou, de modo mais concreto, como uma forma particular de representar parte do mundo (Fairclough 2003, p. 26).

Por fim, o discurso, ao lado do comportamento corporal, ou seja, gestos e expressões faciais, por exemplo, notifica um modo particular de ser, um particular social ou identidades pessoais. De acordo com Castells (2006, p. 7), “toda e qualquer identidade é construída. A principal questão diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece”.

### **3. Modos de agir e interagir: uma análise**

O ideário de análise não focalizada simples e unicamente no funcionamento linguístico – resguardada a importância da análise textual e do conhecimento linguístico, enquanto “parte do, e no mesmo plano epistemológico tomado como, conhecimento cultural” (Keesing 1979, p.15) – e sim na relação que o produtor textual, sujeito do texto em ação, e esse funcionamento estabelecem reciprocamente e com outras pessoas a partir de condições de produção específicas declara as questões discursiva do trabalho.

O papel desempenhado pelos textos linguísticos nas relações de poder e na transformação e mediação da estrutura social, isto é, das “regras e recursos [como, por exemplo, crenças e convenções] envolvidos recursivamente na reprodução social” (Giddens 1986, p. xxxi) segundo os quais se orientam as pessoas passa, então, a ser contemplado.

Fairclough (1989, p.34) define relações de poder como sendo “sempre relações de *conflito*, usando o termo num sentido técnico para se referir ao processo pelo qual grupos sociais de interesses distintos interagem entre si”. Disso, pode-se postular que conflitos sociais ocorrem por diversas razões entre diferentes grupos em inúmeras interações.

Em acordo, Carmo (2012, p.126) entende que os diferentes jeitos de se compreender o mundo, de se adjudicar feições com valor, ou representações, aos diversos fenômenos sociais principalmente faz com que os conflitos sejam inevitáveis e ocorram em todos os níveis, sejam em grupos ou em comunidades, vistas como um pouco mais estendidas.

A despeito dos modos de representação dos diferentes grupos sociais, ela é possível com o uso da língua, compreendida, a partir das relações conflituais, como uma “arena” dentro e por meio da qual posições são defendidas, negociadas ou acometidas (Clark 1996, p.11).

Essas posições, enquanto ações humanas historicamente situadas, possuem funções pragmáticas diretivas (força ilocutória). Em outros termos, quando se define uma postura de defendimento ou impugnação, essa postura empreende no bojo dos diferentes propósitos certas atividades, tais como instruções, refutações, conselhos, recomendações, críticas, entre outras, orientadas pelos gêneros de discurso socialmente admitidos e reconhecidos (Dijk 2010, p.52).

Para Fairclough (2003, p.65), “gêneros são especificamente aspectos discursivos das formas de agir e interagir no curso dos eventos sociais”. Essas formas caracterizam-se por um “conjunto [relativamente] estável de convenções o qual se associa a um tipo de atividade ratificada socialmente” (Fairclough 2001, p.61).

Ao considerar o conjunto de atividades, ou sistema de atividades, junto ao conjunto relativamente estável de convenções, ou sistema de gêneros, o que se focaliza é “**o que as pessoas estão fazendo e como os textos** [enquanto plano material de realização dos gêneros e dos discursos] **as ajudam nisso**, e não os textos com fins em si mesmos” (Bazerman 2004, p. 319, grifo meu).

Essa lógica, para a qual os textos materializam modos de ação e interação, obedece a uma assunção segundo a qual os gêneros realizam uma tarefa-chave na organização e funcionamento de sistemas sociais através de artefatos materiais-semióticos, ou seja, textos.

O foco que ressaí as interações por meio dos textos postula, segundo Carvalho (2005, p.136), que os sujeitos utentes da língua estabelecem propósitos comunicativos e cuidam para que sejam alcançados, dando-lhes forma segundo a percepção de semelhança entre a situação atual e outras situações que julgam análogas. Esse processo de tipificação baseado em recorrência explica a natureza convencional do discurso, assim como as regularidades encontradas tanto em sua forma quanto em seu conteúdo.

As articulações linguísticas comumente reconhecidas nessas regularidades formais não são gratuitas. Elas sugerem “como as pessoas usam os textos para criar novas realidades de significado, relação e conhecimento” (Bazerman 2004, p.309).

Os aspectos discursivos das formas de agir e, por conseguinte, interagir n’ *A resposta da Igreja* identificam-se como carta circular, nota e proferição<sup>1</sup>. Quais sejam as

<sup>1</sup> A escolha pelo termo “proferição” em detrimento de “proferimento” ou “discurso” obedece a um critério arrazoado de clareza e distinção do gênero e do que se pretende dizer sobre ele. O termo “proferimento” é também comumente usado na área dos estudos de pragmática, enquanto uma unidade pragmática da fala. Já o termo “discurso”, como declarado no primeiro capítulo, é bastante polissêmico nos estudos de

funções pragmáticas diretivas estabelecidas por esses gêneros de discurso, elas realizam uma *ação conjunta*.

Uma “ação conjunta é aquela produzida por um grupo de pessoas que agem coordenadamente” (Clark, 1996, p.3). Isso não significa necessariamente que as ações individuais não possam se diferenciar – às vezes isso é imprescindível para certos objetivos – e em certas circunstâncias, se contestar.

A possibilidade de uma ação individual gerar uma tensão ou contestar outra que tem sido produzida junta denota que os participantes geralmente realizam muitas ações individuais diferentes e a harmonia, ou seja, a voluntariedade entre as ações, não é, nessa perspectiva, condição necessária à ação conjunta (Clark 1996, p.19).

Não obstante, quando as ações individuais funcionam sem quaisquer embargos que dificultam a eficácia e o propósito de uma ação conjunta, elas desempenham ligadamente uma *prática social*. Uma prática social consiste em “modos habituais, ligados a perspectivas temporais e espaciais específicas, em que os indivíduos aplicam recursos (materiais ou simbólicos) **para agir em conjunto no mundo**” (Chouliaraki, Fairclough 1999, p. 21, grifo meu).

A carta circular, enquanto um gênero discursivo que, conforme Bazerman (2004, p. 310), ajuda as pessoas a agirem no mundo de certas maneiras ao criar fatos sociais que afetam as ações, direitos e obrigações de outras pessoas, é uma ação comunicativa engendradora, de acordo com Silva (2002, p.69), essencialmente no domínio das práticas da burocracia das instituições sociais. O domínio, ao qual o autora se refere, abrange, por exemplo, departamentos, núcleos, seções e secretarias de empresas, de Estados e de Igrejas.

A nota, por sua vez, caracteriza-se pela “apresentação de um posicionamento diante de um fato, através da expressão de opinião, conclusão ou suposição” (Figueiredo 2003, p.52). Essas expressões levam em consideração as necessidades identificadas em situações específicas pelo sujeito que se posiciona diante do fato.

Por fim, a proferição consiste na expressão oral – podendo ser publicada – que normalmente visa por meio de técnicas linguísticas e paralinguísticas a divulgação de um parecer formal (Matos 2011, p.48). A formalidade significa em geral o cumprimento de certas normas discriminadas para o ato que oficializa a divulgação do parecer. Já a publicação desse gênero discursivo, caracterizadamente oral, restringe-se ao elemento linguístico, isto é, aos códigos verbais de comunicação <sup>2</sup>.

Essas descrições, em eventos sociais como n' *A Resposta da Igreja*, necessitam levar em consideração as especificidades contextuais. Isso quer dizer que o conjunto de certos fatores que dão forma e propósito a um momento no qual uma pessoa se sente compelida a se manifestar simbolicamente por meio de uma carta circular, de uma nota e de uma proferição deve ser atentado para o reconhecimento de ações significativas, quer dizer, ações que são importantes somente porque são reconhecidas por uma dada situação nascida de um encontro de circunstâncias e interesses nem sempre conciliadores.

Ao considerar, portanto, as especificidades contextuais sob as quais se reconhecem as ações potenciais, isto é, aquelas comumente previstas com o uso de um gênero, e significativas, ou seja, aquelas que em situações reais realizam-se e expressam um valor

linguagem, podendo ser compreendido como um tipo de semiose no âmbito da língua ou como uma forma particular de representar parte do mundo.

<sup>2</sup> A opção pela forma escrita, ou seja, pela proferição publicada no jornal impresso obedece ao critério de acessibilidade, porquanto só se teve acesso ao jornal, e padronização, já que os outros gêneros d' *A Resposta da Igreja* são também escritos.

adjudicado a algum objeto em disputa, é possível reconhecer, conforme Bazerman (2004), o que as pessoas estão fazendo e como os textos as ajudam nisso.

O domínio de circulação da carta circular, determinado, de acordo com Silva (2002), pelos espaços internos das instituições sociais, especificamente da Igreja Católica, demonstra o caráter restrito dos participantes das interações que por meio do gênero se constroem. Dito de outra maneira, o rol de pessoas a quem se direciona uma carta circular é bastante limitado, já que a esfera ou locais onde exclusivamente ela se dá pertence a grupos específicos de pessoas. Essa é uma característica ou ação potencial.

O rompimento com essa prática – haja vista a acessibilidade irrestrita da carta circular n’A *Resposta da Igreja* – ao prolongar o circuito ou domínio interacional promovido pelo gênero, chama a atenção às funções pragmáticas diretivas preponderantes, uma vez que tais funções deverão considerar, em suas formas e propósitos, o redimensionamento para mais do público-alvo.

Isso quer dizer que ao instruir as conferências episcopais sobre as diretrizes vinculadas ao tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos, em carta circular, o prefeito do Vaticano – aquiescido à Resposta da Igreja, enquanto evento social e ação conjunta – contrapõe, de maneira pública, possíveis afirmações de incúria contra as autoridades eclesiais em tratar e deliberar as acusações recebidas.

Essa interpretação é possível porquanto a instrução, sob circunstâncias distintas e propósitos diversos, geralmente pressupõe uma série de pré-movimentos ou etapas como, por exemplo, a compreensão, a avaliação e a preparação de preceitos que, enquanto ações individuais (os pré-movimentos), podem sustentar matizes de um contraponto às sinalizações contextualmente reconhecidas de incúria.

Tais preceitos, sob a feição de propriedades estruturadoras de um pensamento moral, isto é, de uma orientação sobre o que é responsável, válido, certo e justo a partir de uma perspectiva caracterizadamente temporal e espacial, não apenas restringem, mas também capacitam e permitem a ação humana.

Para Rendina (2012, p.176), a impressão de ultraje e impunidade que reforçam a ideia, principalmente da imprensa, de incúria ou desídia ocorre porquanto a Igreja “consegue esconder os casos que são verificados, resolvendo-os em grande segredo, até [mesmo] no século XX, quando o poder da imprensa deu destaque a certos casos que chegaram depois nas salas dos tribunais”.

Na mesma linha de raciocínio do escritor e historiador Cláudio Rendina, e com uma opinião semelhante, a pesquisadora italiana em ciência criminológica e investigativa, Alessandra Squizzato é afirmativa quando diz sobre o modo como a Igreja conduziu o processamento das informações que indiciaram clérigos católicos:

O escândalo que nos últimos anos tem envolvido a Igreja Católica em um redemoinho de acusações relativas a sacerdotes pedófilos e que foram cobertos pela hierarquia superior [da Igreja] tem criado um alarme social e despertado a atenção para a questão. **Um dos aspectos relativos ao fenômeno que mais chocam a opinião pública é que os bispos, arcebispos e dioceses têm mantido uma atitude de silêncio teimoso ao não denunciar e expor os casos de pedofilia que têm tido conhecimento.** (SQUIZZATO, 2011, p.4, grifo meu).

O destaque dado pela imprensa e reconhecido por Rendina (2012) é apreciado na nota do diretor da sala de imprensa da Santa Sé. A nota, que esclarece e avalia as novas normas sobre os delitos mais graves orienta-se, com base nas formas “ressonância pública”, “facilitar a orientação de quem quer que se deva ocupar destas matérias”, e principalmente “esclarecimento – sobretudo para uso dos jornalistas”, para responder à imprensa que debate o envolvimento clerical em atos de pedofilia.

Segundo Alsina (1993, p.81), a produção de uma nota, enquanto uma variante dos gêneros que informam, mas, sobretudo, opinam, é um processo que se inicia com um acontecimento. Os acontecimentos estariam formados por aqueles elementos exteriores ao sujeito a partir dos quais ele mesmo vai recorrer e construir.

Para Gomes (2010, p.293), pode-se dizer que os acontecimentos tornam-se fatos semióticos quando “selecionados, contextualizados, tematizados e avaliados por sujeitos posicionados sócio-historicamente em instâncias socioculturais específicas”. Assim, eles são construídos simbolicamente dependendo muitas vezes do lugar institucional de quem os produzam.

A relação entre esse lugar institucional e a construção simbólica sobre um acontecimento de qualquer natureza não obedece a um determinismo radical, isto é, a uma doutrina de que a estrutura social, em que pese a importância das instituições, como a igreja, é tal que qualquer ação ou construção de caráter discursivo possa ser racionalmente prevista com preciso grau de exatidão.

É necessário, portanto, como já defendido, considerar a novidade das conjunturas, ou especificidades contextuais em que se dá uma construção simbólica ou fato semiótico. Isso significa considerar os “conjuntos relativamente estáveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas [envolvidos] - em seu aspecto de permanência relativa - em torno de projetos específicos” (Chouliaraki, Fairclough 1999, p. 22).

O foco nas conjunturas traz a vantagem na busca de efeitos, através do tempo, não apenas de eventos singulares – como, por exemplo, *A Resposta da Igreja* – mas de “(...) séries de eventos [e textos, como os de Squizzato (2011) e de Rendina (2012)] ligados conjunturalmente tanto na sustentação quanto na transformação (re-articulação) de práticas” (Chouliaraki, Fairclough 1999, p.22).

Destarte, o esclarecimento que se faz com a nota do diretor da sala de imprensa da Santa Sé sobre as novas normas aplicativas e processuais do ordenamento canônico adquire duas funções pragmáticas diretas específicas e fundamentais que esteiam ações em favor de uma estrutura hierárquica de ordem e poder eclesiástico.

Essas funções assentam-se em qualificar a ação eclesiástica que atualiza a legislação vigente, enquanto ação ou acontecimento responsivo, no sentido de que responde a uma necessidade assumida, e instituir a maneira, ou o significado, segundo o qual se devem orientar a leitura e interpretação dessa atualização.

A qualificação ou admiração, que se mostra e identifica a função pragmática diretiva, em relação ao ato da Igreja que atualiza a legislação vigente está sugerida no excerto (I) retirado da própria nota:

- I A actual publicação das Normas dá uma **grande contribuição** à clareza do direito num campo no qual a Igreja está em grande medida comprometida hoje a **proceder com rigor e transparência**, a fim de responder plenamente às justas expectativas de tutela da coerência moral e da santidade evangélica que os fiéis e a opinião pública sentem em relação a ela, e que o Santo Padre reafirmou de modo contínuo. (*sic*, grifo meu)

Já a instituição do significado da publicação das novas normas, reconhecida com o título da nota (*O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves”*), funciona de acordo com o que Léger (2005, p.91) considera a normatização do acreditável.

A normatização do acreditável garante, segundo a mesma autora, a possibilidade de que seja imposto socialmente um dispositivo autoritário que assumindo uma postura que assegure a verdade, isto é, “o” significado e não “um” significado, de algo que se acredite, seja criado para controlar ao mesmo tempo as enunciações e os conceitos enunciados.

Esse dispositivo convalida, a partir de uma heteropraxia historicamente observável, segundo Squizzato (2011, p. 9), a sustentação de um sistema de relações baseadas na construção e controle dos fatos sociais que coloca de um lado os padres, de outro, os leigos. Para a mesma autora, tal sistema visa implementar “uma lógica social para a qual os sacerdotes seriam uma classe social à parte, em termos sociológicos: a classe dominante ou uma casta” (Squizzato 2011, p.10).

O controle das enunciações e dos conceitos enunciados está instanciado também na proferição de Bento XVI, cujas funções pragmáticas diretivas mais evidentes caracterizam-se pela oficialização das impressões e sentimentos que a Igreja diz possuir sobre o envolvimento de seus prelados em casos de pedofilia, como faz o excerto (II), e pela divulgação e estimacão do trabalho de assistência aos jovens nos ambientes eclesiais.

- II **É deplorável** que, num contraste tão marcante com a longa tradição da Igreja no cuidado aos jovens, eles tenham sofrido abusos e maus tratos por obra de alguns sacerdotes e religiosos. (grifo meu)

As formas ou expressões que instanciam o controle de que Léger (2005) fala dependem, de acordo com Matos (2011, p.36), dos interesses envolvidos nas situações reais de interação. Quais sejam tais interesses e a que grupos ou pessoas servem nessas situações elas executam uma postura que decididamente intente refazer ou manter o que Bazerman (2004) chama de novas realidades de significado, relação e conhecimento.

#### 4. Considerações finais

Considerando os aspectos discursivos das formas de agir e, por conseguinte, interagir n’ *A resposta da Igreja*, é possível identificar, sem qualquer pretensão de se estabelecer afirmações peremptórias, que esse evento social, por meio de uma carta circular, de uma nota e de uma proferição realiza uma ação conjunta e uma prática social, nos termos de Clark (1996) e Chouliaraki e Fairclough (1999) respectivamente.

Em carta circular, a ação preponderante identificada significa contrapor, de maneira pública, possíveis afirmações de incúria contra as autoridades eclesiais em tratar e deliberar as acusações de pedofilia. Em nota, as ações significativas salientes, sob o conceito de função pragmática diretiva, caracterizam-se por qualificar a ação eclesial que atualiza a legislação vigente e instituir a maneira, ou o significado, segundo o qual se devem orientar a leitura e interpretação dessa atualização, o que Léger (2005, p.91) considera a normatização do acreditável.

A prática dessa normatização convalida, a partir de uma heteropraxia historicamente observável, segundo Squizzato (2011, p. 9), a manutenção de um sistema de relações baseadas na construção e controle dos fatos sociais que coloca de um lado os padres, de outro, os leigos. Squizzato (2011, p.10) acredita que tal sistema visa implementar “uma lógica social para a qual os sacerdotes seriam uma classe social à parte, em termos sociológicos: a classe dominante ou uma casta” (Squizzato 2011, p.10).

Com a proferição, as funções pragmáticas diretivas mais evidentes caracterizam-se pela oficialização das impressões e sentimentos que a Igreja diz possuir sobre o envolvimento de seus prelados em casos de pedofilia, caracterizadamente pesados, e pela divulgação e estimacão do trabalho de assistência aos jovens nos ambientes eclesiais.

## 5. Referências bibliográficas:

- Alsina M. 1993, *La construcción de la noticia*, Barcelona, Ediciones Paidós.
- Bazerman C. 2004, *Speech Acts, Genres, and Activity Systems: how texts organize activity and people*, in *What writing does and how it does it: an introduction to analyzing texts and textual practices*, London, Erlbaum, p. 309-341.
- Bazerman C. 2005, *Gêneros textuais, tipificação e interação*, São Paulo, Cortez.
- Burity J. 2008, *Religião, política e cultura*, in: “Tempo Social – revista de Sociologia da USP,” v.20, p.83-113.
- Carmo C. 2012, *Dos aspectos antropológicos à compreensão dos recursos multimodais da linguagem: uma análise da relação entre Linguística, Semiótica e Cultura – A dança de Oxossi*, São Paulo, 2012, 247f. Relatório Pós-doutoral (Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.
- Carrasquilla, F. 2010, *Los escândalos de pedofilia en la Iglesia: una lectura desde la fe*, Bogotá, San Pablo.
- Carvalho G. 2005, *Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação*, in *Gêneros: teorias, métodos, debates*, São Paulo, Parábolas, p.130-149.
- Castells M. 2006, *The power of identity*, Malden, Blackwell.
- Chouliaraki L., Fairclough N. 1999, *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- Clark H. 1996, *Using language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Dijk T. 2010, *Discurso e poder*, São Paulo, Contexto.
- Eggs S., Slade D. 1997, *Analysing casual conversation*, London, Cassel.
- Fairclough N. 1989, *Language and power*, New York, Longman.
- Fairclough N. 2001, *Discurso e mudança social*, Brasília, Editora UnB.
- Fairclough N. 2003, *Analysing discourse: textual analysis for social research*, London, Routledge.
- Figueiredo L. 2003, *A nota jornalística no jornal do Brasil: um estudo do gênero textual e de sua função no jornal*, Tubarão, 2003. 134f. Dissertação de mestrado (Língua portuguesa) – Universidade do Sul de Santa Catarina – Disponível em: [http://busca.unisul.br/pdf/69879\\_Lisette.pdf](http://busca.unisul.br/pdf/69879_Lisette.pdf) (Acesso em: 19/09/2012).
- Gee J. 1999, *An introduction to discourse analysis: theory and method*, London, Routledge.
- Giddens A. 1986, *The constitution of society: outline of the theory of structuration*, California, University of California Press.
- Gomes M. 2010, *Ação social mediatizada: analisando a recontextualização de um evento social*, in *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, Unisul, p.293-313.
- Keesing R. 1979, *Linguistic knowledge and cultural knowledge*, in “American Anthropologist” 81, p.14-36.
- Léger D. 2005, *Catolicismo: a configuração da memória*, in “Revista de estudos da religião”, São Paulo, PUCSP, p. 87-107.
- Magalhães I. 2005, *Introdução: A análise de Discurso Crítica*, in *D.E.L.T.A*, São Paulo, Educ, p.1-11.
- Matos A. 2011, *Estratégias de produção e proferição do discurso argumentativo: uma intervenção didática para o ensino secundário*. Lisboa, 2011. 244f. Dissertação de mestrado (Ensino de português e Línguas clássicas) – Universidade de Lisboa. Disponível em: [www.repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5161/1/ulfpie039736\\_tm.pdf](http://www.repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5161/1/ulfpie039736_tm.pdf) (Acesso em: 20 de setembro de 2012).

- Miller C. 1984, *Genre as social action*, in “Quarterly Journal of Speech”, 70, Washington, Routledge, p.151-167.
- Rendina C. 2012, *Os pecados do Vaticano*, Rio de Janeiro, Gryphus.
- Squizzato A. 2011, Il fenomeno della pedofilia all’interno della chiesa cattolica, in *Rivista di psicodinamica criminale*, Padova, Gea Mater Padova Onlus, p. 3-38.
- Silva J. 2002, *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos*. Belo Horizonte, 2002. 209f. Tese do doutorado (Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais – Disponível em: [www.letras.ufmg.br/tese\\_listagem.asp](http://www.letras.ufmg.br/tese_listagem.asp) (Acesso em : 18/09/2012).

## 6. Referência do material de análise:

- A Santa Sé. 2011, *Abuso de menores- a resposta da Igreja: Carta circular para ajudar as conferências episcopais na preparação de linhas diretrizes no tratamento dos casos de abuso sexual contra menores por parte de clérigos*. Disponível em: [http://www.vatican.va/resources/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/resources/index_po.htm). Acesso em: 14/11/2011.
- A Santa Sé. 2011, *Abuso de menores – a resposta da Igreja: O significado da publicação das novas “Normas sobre os delitos mais graves”*. Disponível em: [http://www.vatican.va/resources/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/resources/index_po.htm) (Acesso em: 14/11/2011).
- Ratzinger J. 2010, *Um contributo vital para a promoção de ambientes seguros em prol da juventude*, “L’osservatore Romano”, Cidade do Vaticano, p.15-39.